

Cultura material: interfaces disciplinares da Arqueologia e da Museologia

*Manuelina Maria Duarte Cândido**

Resumo

Este artigo apresenta a base conceitual da Arqueologia e da Museologia sobre os estudos de cultura material, mapeando as semelhanças e diferenças no tratamento que as duas disciplinas dão à cultura material e a historicidade desses tratamentos.

Palavras-chave: Arqueologia; Museologia; cultura material

Writing the past is not an innocent and disinterested reading of autonomous past produced as image. Writing the past is drawing it into the present, re-inscribing it into the face of the present.”¹
(Tilley in Hodder, 1989, p.193)

Este artigo traz uma parte das discussões inseridas na dissertação de mestrado intitulada *Arqueologia Musealizada: patrimônio cultural e preservação em Fernando de Noronha*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade de São Paulo, em agosto de 2004.

Devido à formação também em Museologia da autora, foi inevitável que a reflexão ganhasse os contornos de uma busca pelas intersecções entre as duas áreas. Esse foi o tema de um dos capítulos, que enfocou a cultura material como sendo um forte denominador comum, embora não o único.

A Arqueologia, disciplina que se caracteriza como um projeto de ciência da cultura material (Funari, 1998) tem parceiros entre as áreas do conhecimento que surgiram com a necessidade de compreensão do universo material que circunda o homem e que floresceram a partir do estabelecimento de processos de coleta e classificação de vestígios ou espécimes, como a Antropologia, a Geologia, a Zoologia, a Botânica, a Etnologia. Tais disciplinas vincularam seu desenvolvimento à criação de instituições capazes de guardar estes acervos e de responsabilizarem-se pela manutenção de sua materialidade e, mais recentemente, pela devolução social do conhecimento por elas produzido: os museus.

Pearce (1990, p.31) afirma que a Arqueologia é, acima de tudo, uma disciplina ligada à compreensão da cultura material² em amplo sentido – não necessariamente ligada ao produto de escavações –, e que muito disto está preservado nas coleções dos museus. Da mesma forma, Francisco Alves, então diretor do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia de Portugal declarou que a reorganização das reservas que originou a exposição “Das Origens à Época Romana” (1989 a 1994) tinha sido, até aquele momento, “a maior escavação arqueológica portuguesa” (ALVES, apud Raposo e Silva, 1996, p.165).

A responsabilidade sobre esta herança, redimensionada para atender não somente a objetivos de salvaguarda mas também de comunicação patrimonial – leia-se: democratização deste patrimônio e do conhecimento produzido a partir dele para públicos em geral, indo além dos meios acadêmicos, onde as áreas do conhecimento citadas costumam realizar sua divulgação científica – é a preocupação central de uma outra disciplina, a Museologia.

Voltando nosso olhar para a musealização da Arqueologia, colocamo-nos no cruzamento de dois campos que se caracterizam por serem eminentemente interdisciplinares: a Museologia, voltada que é para a comunicação do conhecimento produzido em outras áreas, e a Arqueologia, cada vez mais incluindo em suas discussões a necessidade de democratização do saber que produz, por intermédio de processos diversos, que possuem, inclusive, uma denominação específica na área, a Arqueologia pública³.

Publicações como *Public Archaeology* (desde 2000) e *Journal of Material Culture* (desde 1996) – sobretudo aquela, dedicada especificamente ao tema – têm discutido as questões sobre a divulgação do conhecimento científico produzido em Arqueologia e para quem este conhecimento é produzido. Entretanto, parte da comunidade acadêmica envolvida com a Arqueologia ainda realiza a divulgação científica somente entre seus pares e esquece que seu exercício profissional só se justifica pelo benefício da sociedade. Em contrapartida, essa mesma sociedade que não conhece e não valoriza o patrimônio arqueológico a não ser como curiosidade (Almeida, 2002, p.10), tem ainda outros motivos para se desobrigar de sua proteção:

Uma das possibilidades de explicação deste desrespeito pelo patrimônio público no Brasil pode estar na relação da população com o Estado. (...) esta relação é de clientela, de tutela, é, por conseguinte, de dependência, de obrigação, de sujeição. (...) A questão vai mais além, uma vez que, ao burlar as regras estabelecidas pelo Estado, o indivíduo demonstra sua insatisfação exercendo, mesmo que equivocadamente, uma atitude de resistência” (Almeida, 2002, p.17).

Esta preocupação também permeia obras como “Archaeological curatorship”, de Susan Pearce, que afirma:

Archaeological curators have a particular responsibility here, because an important part of our role is to act as bridge between people in general and the professional archaeological community. Museums, together with interpreted open-air sites with curators are much involved, are the principal means through which an experience of the past, and, especially, of the genuine objects made in the past, can be mediated to people.⁴
(Pearce, 1990, p.01-02).

Dessa forma, a autora coloca o que vamos chamar, genericamente, de processos de musealização (aí compreendidos museus em seus vários modelos, sítios a céu aberto, etc.), como possibilidades importantes de mediação entre a pesquisa arqueológica e o público.

As discussões que se seguem procuram entrecruzar as bibliografias provenientes da Arqueologia e da Museologia que, além de serem as disciplinas formadoras do domínio da musealização da Arqueologia (nosso interesse de pesquisa) são áreas que se definem pela inextricabilidade das relações com a cultura material. Consideramos possíveis e imprescindíveis contribuições mútuas entre as áreas mencionadas, especialmente no que diz respeito às discussões sobre o envolvimento entre cultura material, poder e identidades, que permeiam obras como “Historical Archaeology” (Funari, Jones e Hall, 1999) e igualmente as discussões contemporâneas da Museologia. A interpretação e a construção dos significados da cultura material ou do patrimônio⁵ como partes de um processo social de negociação e renegociação é ponto comum nas reflexões de ambas as áreas (Shanks e Tilley, 1987; Pearce, 1990; Funari, 2001b, 2004; Bruno, 1995; Spencer-Wood 1999; Tamanini, 2000; Funari, Oliveira e Tamanini, *Archaeology to the lay public in Brazil: three experiences* - manuscrito inédito -, entre muitos outros).

Os estudos de cultura material têm demonstrado inquietações cada vez mais profundas quanto à validade das interpretações de

seus significados. Para Tilley (1989), uma significativa ruptura ocorreu com a publicação de "Symbolic and structural archaeology", por Hodder, em 1982, na qual foi refutada a idéia de que o significado da cultura material se exaure na análise formal dos objetos. Passou-se a aceitar o pressuposto de que sua produção envolve aspectos subjetivos da cultura de uma sociedade, como crenças, valores, idéias e atitudes. Além disto, a Arqueologia Pós-Processual incluiu a discussão sobre o papel ativo desta cultura material, vista não somente como reflexo mas como agente social.

Segundo Bucaille e Pesez (1989: 13), a noção – e não conceituação – de cultura material possivelmente surgiu na segunda metade do século XIX, quando a exigência de objetos materiais e de fatos concretos para o estabelecimento de experimentações, provas e leis, se impôs ao mundo científico. Para os autores, publicações como a de Boucher de Perthes, "Antiquités celtiques et antédiluviennes", de 1847, e "De l'homme antédiluvien", de 1860, provocaram uma reavaliação do objeto da Arqueologia, até então centrada na excepcionalidade estética das civilizações clássicas. As rupturas epistemológicas da época, ao seu ver, incluem ainda o materialismo histórico de Marx e o surgimento da sociologia de Durkheim, espaços teóricos em que a noção de cultura material teve chances de se desenvolver.

Teria sido entre 1920 e a II Guerra Mundial que essa noção ganhou uso corrente nas ciências humanas, especialmente na História. Sua apropriação pela Arqueologia permitiu avanços ainda maiores para sua compreensão e sua exploração científica:

À necessidade geral de remediar as carências das fontes escritas – carências mais ou menos clamorosas consoante os países e os séculos – junta-se um outro facto: a documentação clássica, escrita ou visual, pode englobar amplos sectores da cultura material, mas só dá deles uma imagem reflectida, subjectiva e já interpretada, necessitando, portanto, de certa prudência. Além disso, quando um texto cita um objecto concreto, não se pode, na maior parte dos casos, dar dele uma imagem precisa; a arqueologia, pelo contrário, põe-nos directamente em

contacto com o próprio material, que se pode tocar, examinar e interpretar sem o perigo de erro devido à subjectividade da documentação.” (BUCAILLE e PESEZ, 1989, p.19)

Para definir a noção de cultura material, os autores partem de quatro características, sendo duas ligadas ao termo cultura e as outras ao caráter material: como fenômeno cultural, a cultura material refere-se à coletividade e a uma repetitividade que a aproxima da noção de cotidiano; o aspecto material é relativo aos fenômenos infra-estruturais e à atenção aos objetos concretos. Sob seu ponto de vista, a noção de cultura material é por demais imprecisa para ser conceito, e convive com os riscos da apreensão imediata dos aspectos técnicos e funcionais, pela facilidade com que se sobrepõem aos outros significados do objeto (BUCAILLE e PESEZ, 1989, p.25).

Os significados, entretanto, são aspectos existentes para além das características técnico-funcionais e da materialidade dos objetos. Também não são definidos exclusivamente no momento da produção, mas em todo o processo social que envolve seu posterior uso, valorização, descarte, reaproveitamento. Estes significados relacionam-se com a forma como a memória é construída, no presente, e como esta contribui para a diferenciação entre os valores materiais, intrínsecos à natureza física de determinados bens, e os culturais, atribuídos no âmbito das relações sociais. Afinal, todo objeto pode ser interpretado não somente como instrumento, mas como signo (Maquet, 1995) e, enquanto tal, ele não possui um significado único, mas é polissêmico (Tilley, 1989). Estruturas de significados são, segundo Hodder (1989), criadas e recriadas no âmbito das relações de poder, assim como estas também são igualmente, criadas e recriadas.

Pearce (1990, p.33) elabora esta questão considerando a própria Arqueologia como parte da negociação social e como um projeto de persuasão, e que sua presença nos museus contribui também para uma negociação do passado, iniciada com a própria formação

da coleção e reforçada pelos processos de curadoria, estudo, publicação e exibição, todos permeados pelo caráter seletivo das ações. Outros autores fazem referência a esta rearticulação dos significados da cultura material, seja considerando que os objetos passam a ter um estatuto simbólico (BAUDRILLARD, 1993, p.83); seja que o objeto passe a um nível particular de interpretação e valor nos museus, pois lá existe exatamente para significar e se torna objeto rei (Jeudy, 1990); ou que ele é portador de sentidos e significações nem sempre ligados à função original, mas a um discurso que é construído por interpretações do presente, marcadamente autoral (SHANKS e TILLEY, p. 07-08, 1987; FUNARI, 2001a).

Victor Buchli, discutindo o confronto cultura material versus texto, afirma que é exatamente a habilidade da cultura material em subverter e resistir ao seu valor de uso por meio da fetichização e recontextualização que a faz tão dinâmica. Pois é justamente a materialidade que garante a fácil passagem de um contexto a outro. O gerenciamento da materialidade permite o acesso aos objetos, a partir de quatro possíveis estratégias de visibilidade que o autor encontra em Felipe Criado: inibir, esconder, exibir e monumentalizar (BUCHLI, 1995, p.185). Hodder ressalta o caráter linear das linguagens escrita e oral em contraponto à complexidade da linguagem dos objetos, acrescida dessa durabilidade materialmente garantida que permite que logo estejam fora do seu contexto de produção e com ainda mais espaço para sua ambigüidade. (HODDER, 1989, p.73-74).

O museólogo holandês Peter Van Mensch (a nota, 2001) distingue três contextos básicos para a cultura material: contexto primário (P), contexto arqueológico⁶ (A) e contexto museológico (M), sendo o homem responsável pelas informações que sobrevivem à passagem dos artefatos entre um e outro contexto e determinam seu potencial informativo para os museus. Quanto mais intermediada é a passagem do contexto primário para o museológico, maior o número de processos de interpretação e seleção pelo qual o objeto passou. Assim, o resultado da passagem de P diretamente para M é

muito diferente da passagem P-A-M. Ainda mais se pensarmos que cada vez mais arqueólogos se interessam por tudo o que possa ser encontrado no sítio, mesmo em microescala, e que os museus não podem absorver tudo que resulta das pesquisas arqueológicas⁷. Mensch fala, especialmente, de instituições de pesquisa que muitas vezes não querem se responsabilizar pela preservação de material arqueológico após seu estudo, e que pretendem transferi-los para museus. Esses, por sua vez, não desejam receber grandes quantidades de material das quais usarão somente 1% nas exposições – o que gera uma necessidade de seleção e descarte, prejudicando possíveis retomadas das análises. Desse conflito entre museus e instituições de pesquisa surgiu, segundo ele, nos EUA, o conceito de CRM – Cultural Resource Management – que inclui mesmo a preservação dos sítios arqueológicos sem escavação. Assim, a transformação do contexto arqueológico para o museológico (A-M), é mais conceitual que física e a interpretação dos significados ocorre por uma visão ainda mais ampla.

As pesquisas arqueológicas geram, não raro, uma quantidade infundável de material coletado, proveniente de escavações. Mesmo com a atual tendência à utilização de métodos não-destrutivos pela Arqueologia (LIMA, 2000), há uma gigantesca parcela do patrimônio arqueológico fora dos seus locais de origem, sob a guarda dos mais diversos modelos institucionais mas, particularmente, nos museus. Recentemente, alguns pesquisadores brasileiros têm defendido a adoção de uma ética eminentemente preservacionista, através do gerenciamento dos bens culturais e de ações sociais (LIMA, 2000; CALDARELLI, 2000; MARTINS, 2000). É necessário refletir sobre o fato de que o patrimônio cultural é não renovável e que as gerações futuras têm o direito de conhecê-lo.

Entretanto, as pesquisas arqueológicas têm tradicionalmente se firmado numa tendência à divulgação de seus resultados nos meios acadêmicos por meio de congressos e publicações científicas, de forma que os arqueólogos, não raramente, restringem a comunicação dos resultados dos trabalhos aos seus pares. Felizmente, a preocupação com a necessidade de divulgação das

pesquisas arqueológicas para o público leigo em geral tem começado a fazer parte de discussões na Arqueologia (FUNARI, 2001a; LIMA, 2000). Da mesma forma, o interesse pela idéia de desenvolvimento sustentável e a afirmação do uso como estratégia de preservação do patrimônio, presentes no referido texto, são aproximações das questões que permeiam os debates contemporâneos da Arqueologia e Museologia, como exemplo, a Carta de Santa Cruz, oriunda do II Encontro Internacional de Ecomuseus “Comunidade, Patrimônio e Desenvolvimento Sustentável” (2000).

Contemporaneamente, a dilatação do conceito de patrimônio (DESVALLÉES, 1989; GUARNIERI, 1990) possibilitou a atribuição de valor a objetos antes excluídos da esfera da salvaguarda e também os relacionados a parcelas da sociedade com noções diferenciadas do que seja importante preservar e do como preservar. São os casos de objetos de culto ainda em uso, dos objetos ligados a grupos indígenas que têm no fazer, refazer e utilizar o sentido máximo de construção e preservação da sua cultura. Por outro lado, o surgimento de modelos “institucionais” e experimentos museológicos ligados à chamada nova museologia trouxeram para o primeiro plano novos temas e demandas, como a possibilidade de preservação do patrimônio ainda em poder da comunidade, desvinculando a problemática da salvaguarda museológica da recolha e tesourização de acervos. No que diz respeito ao patrimônio arqueológico, os modelos preservacionistas têm também se ampliado e passado a incluir perspectivas ligadas à musealização in situ e ao uso da arqueologia experimental – esta última, como uma atividade educativa – entre outros. O debate a esse respeito tende a crescer devido à tendência para queda de barreiras entre as diversas formatações das instituições culturais e à procura por atrativos turísticos qualificados tanto nos aspectos culturais como de entretenimento.

A cultura material, cerne do fazer arqueológico, tem significados somente compreensíveis em um contexto. Portanto, pode ser levada a participar de discursos inteiramente diversos (autorais e datados), de acordo com as relações de poder aí

envolvidas, o que nos remete ao mundo dos museus, poderosos e perigosos lugares de construção de significados, de memórias e de identidades, responsáveis que são pela salvaguarda e pela comunicação da herança patrimonial passada de uma geração a outra. O gerenciamento da memória representada em especial por parcelas materiais da realidade é justamente um dos problemas básicos da Museologia, cujos principais desafios foram sistematizados por Bruno (1995) da seguinte forma:

1) identificar e analisar o comportamento individual e/ou coletivo do homem frente ao seu patrimônio; 2) desenvolver processos técnicos e científicos para que, a partir dessa relação, o patrimônio seja transformado em herança e contribua para a construção das identidades”.

A necessidade de transitar entre a exibição e a inibição, entre a seleção e o descarte é constante no mundo dos museus. É a consciência desta problemática que pôde levar à superação de um modelo de ciência baseado no discurso da neutralidade nas áreas voltadas para o estudo e tratamento do patrimônio, passando-se a percebê-lo como instrumento ideológico da construção das identidades e de fomento de ações políticas:

Deveríamos, entretanto, procurar encarar estes artefactos como socialmente construídos e contestados, em termos culturais, antes que como portadores de significados inerentes e ahistóricos, inspiradores, pois, de reflexões, mais do que de admiração (Potter s.d.). Uma abordagem antropológica do próprio patrimônio cultural ajuda a desmascarar a manipulação do passado (Haas 1996). A experiência brasileira, a esse respeito, é muito clara: a manipulação oficial do passado, incluindo-se o gerenciamento do patrimônio, é, de forma constante, reinterpretada pelo povo.” (Funari, 2001a, p. 24)

Funari (2001b) relaciona, ainda, os problemas brasileiros no que dizem respeito à conservação de seu patrimônio à problemática educacional, visto que a importância do passado e da cultura material ainda não é amplamente difundida e aceita. Para ele, além

do ensino formal, escolar, o museu é o principal locus de ação educativa sobre os bens arqueológicos (FUNARI, 1993, p.22), no que se coloca em acordo com Shanks e Tilley (1987) que afirmam que o museu é a principal instituição a realizar a conexão entre arqueologia e sociedade.

As preocupações das duas áreas do conhecimento, arqueologia e museologia, convergem no seu entendimento de que só a consciência sobre o patrimônio e sua apropriação na realidade cotidiana das comunidades poderão preservá-lo (FUNARI, 2000; BRUNO, 1995 e 1996; TAMANINI, 1998). No que diz respeito especificamente ao patrimônio arqueológico, podemos dizer que a questão fundamental deste debate seria “o que fazer com os objetos retirados dos sítios arqueológicos” (MARTINS, 2000, p.04) e a atitude mais provável, segundo a análise mencionada, resultaria em “um verdadeiro ‘jogo de empurra’ sobre quem deve recair as responsabilidades da preservação destes vestígios” (p.04).

Iniciativas interdisciplinares na arqueologia têm gerado excelentes resultados em experiências que aliam pesquisas científicas, preservação patrimonial e desenvolvimento comunitário, como é exemplo a Vila-Museu e Campo Arqueológico de Mértola, em Portugal (BRUNO, 1995, p.89). Particularmente, consideramos que propostas ligadas à musealização da arqueologia geram debates e resultados oportunos por aliarem a devolução do conhecimento ao público leigo com a institucionalização de acervos que permitem garantias para sua salvaguarda e para sua contínua retomada em novas pesquisas científicas.

Agradecimentos

Ao orientador do mestrado, Prof. Dr. Pedro Paulo Funari, às professoras Dra. Cristina Bruno, Dra. Adriana Mortara Almeida, Dra. Marisa Coutinho Afonso. Aos professores e colegas de disciplinas, a todos de Fernando de Noronha que colaboraram com a pesquisa, à Capes pela bolsa de pesquisa.

Notas

* Manuelina Maria Duarte Cândido é historiadora, especialista em Museologia e mestre em Arqueologia (concluído em 2004, na USP). Atua como consultora para instituições museológicas. Coordena o Núcleo de Ação Educativa do Centro Cultural São Paulo.

¹Tradução: “Escrever o passado não é uma inocente e nem uma desinteressada leitura do passado autônomo apresentado como imagem. Escrever o passado é desenhá-lo no presente, reinscrevendo-o a partir de um olhar do presente”.

² O homem é o seu objeto, mas a materialidade sua fonte de pesquisa.

³ Tradução: “Curadores de Arqueologia têm uma responsabilidade especial aqui, porque uma importante parte do nosso papel é de atuar como ponte entre as pessoas em geral e a comunidade arqueológica profissional. Museus, assim como sítios interpretados a céu aberto cujos curadores estão envolvidos, são os principais meios aos quais uma experiência do passado e especialmente de objetos genuínos feitos no passado, podem servir mediadores para as pessoas”.

⁴A Museologia, como veremos adiante, tem se caracterizado por uma abertura conceitual que engloba na idéia de patrimônio novas facetas que não somente a material, mas também o intangível. A preservação, em qualquer caso, entretanto, depende de uma seleção de referências patrimoniais que serão mantidas também em sua integridade física.

⁵Refere-se especialmente a material proveniente de escavações e coletas em sítios arqueológicos.

⁶Problema ainda mais potencializado pela expressividade das pesquisas de Arqueologia de contrato (ou salvamento arqueológico) realizadas atualmente.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Márcia Bezerra. **O australopiteco corcunda: as crianças e a arqueologia em um projeto de arqueologia pública na escola.** Tese (Doutorado) FFLCH/USP. São Paulo, 2002.

ANDRADE LIMA, Tania. A ética que temos e a ética que queremos: (ou como falar de princípios neste conturbado fim de milênio). In: MENDONÇA DE SOUZA, S. M. F. (org.) **Anais do IX Congresso de Arqueologia Brasileira** [CD ROM], [Rio de Janeiro], SAB, agosto/2000.

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos.** São Paulo: Perspectiva, 1993.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Musealização da arqueologia: um estudo de modelos para o projeto paranapanema.** Tese de (Doutorado), FFLCH/USP. São Paulo, p.1995. .

BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean-Marie. Cultura material. **Homo-domesticação/ cultura material**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1982. p. 11-47. (Enciclopédia Einaudi, 16.)

BUCHLI, Victor A. Interpreting material culture. In: HODDER, Ian et alli (eds.) **Interpreting Archaeology: finding meanings in the past**. London and New York: Routledge, 1995. p. 181-193.

CALDARELLI, Solange B. A arqueologia como profissão. In: MENDONÇA DE SOUZA, S. M. F. (org.) **Anais do IX Congresso de Arqueologia Brasileira** [CD ROM], [Rio de Janeiro], SAB, agosto/2000.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte; FORTUNA, Carlos Alexandre; POZZI, Henrique Alexandre. A arqueologia na ótica patrimonial: uma proposta para ser discutida pelos arqueólogos brasileiros. **Canindé** – Revista do Museu de Arqueologia de Xingo, nº 1. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, Dez/2001. p. 129-156.

CARTA de Santa Cruz. II Encontro Internacional de Ecomuseus: comunidade, patrimônio e desenvolvimento sustentável, 2000.

DESVALLÉES, André. A Museologia e os museus: mudanças de conceitos. **Cadernos Museológicos**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/SPHAN?Pró-Memória, 1989.

FUNARI, Pedro Paulo A. Reassessing archaeological significance: heritage of value and archaeological of renown in Brazil. In: MERRIMAN (org.). **Public Archaeology in Brazil**. Routledge: Londres, 2004.

_____. Os desafios da destruição e conservação do património cultural no Brasil. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**. V. 41 Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 2001a. p. 23-32.

_____. Destruction and conservation of cultural property in Brazil: academic and practical challenges. **Destruction and Conservation of Cultural Property**. Edited by R. Layton, P.G. Stone and J. Thomas. London and New York: Routledge, 2001b. p. 93-101.

_____. **Archaeology and education in Brazil**. American Antiquity, 74, 283. Washington: The Society, 2000. p. 182-185.

_____. Memória histórica e cultura material. **Revista Brasileira de História**. V. 13, no 25-26. p. 17-31. São Paulo: ANPUH, Ed. Marco Zero, SCT- CNPq -FINEP, set. 92/ ago. 93.

_____. **Arqueologia**. São Paulo: Ática, 1988.

FUNARI, Pedro Paulo A.; OLIVEIRA, Nanci Vieira; TAMANINI, Elizabete. **Archaeology to the lay public in Brazil**: three experiences. Manuscrito inédito.

FUNARI, Pedro Paulo A.; JONES, S; HALL, M. Introduction: Archaeology in History. In: **Historical Archaeology**: back from the edge. FUNARI, P. P. A.; Hall, M.; JONES, S. Londres e Nova Iorque: 1999. p. 284-307.

GUARNIERI, Waldisa Russio Camargo. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. **Cadernos Museológicos**, 3. Rio de Janeiro: IBPC, 1990.

HODDER, IAN. Post-modernism, post-structuralism and post-processual archaeology. In: HODDER, Ian. **The meaning of things**: material culture and symbolic expression. Boston: Unwin Human, 1989. p. 64-78.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

MAQUET, Jacques. Objects as instruments, objects as signs. In: Lubar, S & W. D. KINGERY (eds), **History from things**: essays on material culture. Smithsonian Inst. Press, 1995. p. 30-40.

MARTINS, Luciana Conrado. **Arqueologia de salvamento e os desafios dos processos de musealização**. Monografia (Curso de Especialização em Museologia). MAE/USP, São Paulo, 2000.

PEARCE, Susan. **Archaeological curatorship**. Leicester: Leicester University Press, 1990. (Leicester Museum Series)

RAPOSO, Luís; SILVA, António Carlos. **A linguagem das coisas**: ensaios e crónicas de arqueologia. Lisboa: Publicações Europa-América, 1996.

RUSSIO, Waldisa. **Museu?** aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento. Dissertação (Mestrado) FESP, São Paulo, 1977.

SHANKS, Michael; TILLEY, Christopher. **Re-constructing archaeology**. Theory and practice. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SPENCER-WOOD, Suzanne. The formation of ethnic-American identities: Jewish communities in Boston. In: **Historical Archaeology**: back from the edge. FUNARI, P. P. A.; Hall, M.; JONES, S.. Londres e Nova Iorque: 1999. p. 284-307.

TAMANINI, Elizabete. **Vidas transplantadas**: museu, educação e a cultura material na (re)construção do passado. Tese (Doutorado) Unicamp/ Faculdade de Educação, Campinas, 2000.

_____. O museu, a Arqueologia e o público: um olhar necessário. In: FUNARI, P. P. A.. (org.) **Cultura material e arqueologia histórica**. Campinas: IFCH-Unicamp, 1999. p. 179-220.

TILLEY, Christopher. Interpreting Material Culture. In: HODDER, Ian. **The meaning of things**: material culture and symbolic expression. Boston: Unwin Human, 1989. p. 185-194.

Abstract

This article introduces base concepts of Archeology and Museology related to the studies of material culture making a map of the similarities and the differences in the treatment that these two disciplines give to the material culture and the historicity of these treatments.

Keywords: Archeology; Museology; material culture